Real Associação de Lisboa

CORREIO.REAL 5

Boletim oficial da Real Associação de Lisboa MAIO de 2011

Fotoreportagem Jantar dos Conjurados

CORREIO.REAL 5

www.reallisboa.pt

04 . Missa em memória de El- Rei Dom Carlos e Dom Luís Filipe

06 . Jantar dos Conjurados
Convento do Beato

12 . Entrevista
José Adelino Maltez

Pague as suas quotas com comodidade através do nosso sitio: www.reallisboa.pt

Entrevista ao

Professor José Adelino Maltez

Os melhores Chefes de Estado não são forçosamente pessoas capazes de fazer uma boa campanha eleitoral.

Real Associação de Lisboa

Editorial

Mais do que uma crise financeira e económica, a crise que atravessamos é uma crise de ética

Portugal está em plena crise política, com a demissão do Governo do Partido Socialista, que se soma à profunda crise financeira, a pior em cem anos de regime republicano. Joga-se, nestes tempos de enormes sacrifícios para o nosso povo, o futuro próximo e o das novas gerações, já hoje vítimas de falta de horizontes profissionais e de realização pessoal e que, daqui a não muitos anos, terão de arcar com as consequências, financeiras, mas não só, dos erros governativos acumulados, pelo menos, desde os anos oitenta do século passado e de entre eles a errada aplicação dos fundos comunitários, após a adesão à então CEE; a errada perspectiva de desenvolvimento, com base numa visão irrealista do "enriquecimento" do País por via desses muitos milhões comunitários; a incapacidade dos governos face à crise internacional que se abateu sobre EUA e depois se repercutiu na Europa e a total falta de sentido da realidade das medidas para a minorar, na já frágil economia nacional, com endividamento excessivo e políticas megalómanas, que provocaram em poucos anos o empobrecimento dos portugueses, pelo desemprego assustador, pelos cortes salariais, pelo aumento dos impostos, pelo endividamento de muitas famílias. Mais do que uma crise financeira e económica, a crise que atravessamos é uma crise de ética: na vida política, onde a regra geral é a mentira, a dissimulação, o compadrio, a fraude, a corrupção, a anteposição dos interesses particulares e de grupo ao interesse nacional e da sociedade; na condução das instituições privadas, nas empresas e nas relações laborais; na vida das pessoas e nas suas relações sociais. Nada faz prever que a realização de eleições legislativas antecipadas (as sétimas em 37 anos de sistema democrático, o que é já de si anormal) venha resolver, a breve, a médio e a longo prazo, a crise em que estamos mergulhados. Porque não se trata só de mudar um chefe de governo e um partido por outros ou políticas erradas por outras menos erradas. A mentalidade e os princípios que subjazem à arquitectura das instituições políticas do regime e dos homens e mulheres que as servem mantêm-se inalterados. Só uma profunda mudança na maneira de ser e estar e de servir Portugal e os portugueses, pode restituir-nos uma dignidade nacional enxovalhada e dar-nos esperança de um futuro melhor para Portugal. Essa mudança passa pela restituição ao País do seu chefe natural, que será fonte de estabilidade política, de independência, de amor à Pátria, de defesa da democracia, de ética e de confiança nas instituições e no futuro da Nação de que todos fazemos parte.

João Mattos e Silva

Sumário

04 . Missa em memória de El- Rei Dom Carlos e Dom Luís Filipe

06 . Jantar dos Conjurados
Convento do Beato

12 . Entrevista
José Adelino Maltez

Correio Real: 2500 exemplares
Boletim oficial da Real Associação de Lisboa .
Director: João Mattos e Silva Chefe de redacção: João Távora
Redacção: Nuno Pombo, Duarte Galvão
Grafismo e paginação: Raiz Quadrada

Conversas Reais

Real Associação de Lisboa

RAL iniciou série de debates sobre a actualidade portuguesa

A Real Associação de Lisboa decidiu iniciar uma série de debates sobre temas da actualidade portuguesa, abertos ao público em geral mediante inscrição, convidando diversos especialistas para os abordarem. Denominados "Conversas Reais", estes debates estrearam-se no dia 3 de Março com o tema "Semi-presidencialismo à portuguesa: funciona ou não?", que se revelou especialmente oportuno já que uma semana depois tomaria posse o presidente da República (que, aliás, fez na ocasião um discurso de "confronto" com o Governo, causador de grande polémica). Para abordarem o tema e sobre ele conversarem com as cerca de 40 pessoas que compareceram, foram convidados o jurista e colunista do jornal "Público", Pedro Lomba, e Miguel Morgado, professor de Ciência Política na Universidade Católica de Lisboa. A conversa decorreu após um jantar no restaurante Maritaca, na Av. 24 de Julho, em Lisboa, e durou cerca de duas horas bem animadas e interessantes. Em breve, outra "Conversa Real" decorrerá no mesmo local, tendo a economia portuguesa como tema.

O próximo jantar debate Conversas Reais está agendado para dia 11 de Maio, pelas 20.00hs, no mesmo espaço. Contará com a presença do professor Luciano Amaral e do jornalista Martim Avilez Figueiredo, tendo como tema: Economia: Portugal tem solução? As reservas estão abertas pelo telefone 213 428 115 ou na loja do sítio da Real Associação de Lisboa www.reallisboa.pt .

Loja online

www.reallisboa.pt

Prepare já as suas compras

O jogo da Restauração é um divertido e didáctico jogo de mesa para pais e filhos, tipo jogo da Glória, produzido exclusivamente para a Real Associação de Lisboa.

Elegante tabuleiro ilustrado com os episódios decisivos que conduziram à aclamação de D. João IV na casa de chegada.

Descubra mais em:
www.reallisboa.pt

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A REAL ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIO DE LISBOA

Entre a Real Associação de Lisboa e a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, presidida pelo Dr. Pedro Mello Montargil, Visconde de Montargil, foi assinado um protocolo de cooperação para a prestação de serviço de transporte de doentes aos nossos associados, seus descendentes e ascendentes, com um desconto de 15% sobre a tabela de preços ao lado indicada: >>>

Nos termos do mesmo protocolo os associados da Real Associação de Lisboa e seus descendentes têm prioridade na admissão ao Corpo de Bombeiros.
> Os contactos deverão ser feitos para a RAHBVL, no Largo Barão de Quintela,7, telef. 213 460 475, mencionando este protocolo e o nº de associado da Real Associação de Lisboa

1. Transporte dentro de Lisboa €30
2. Hora de espera e seguintes €30
3. Até às localidades num máximo de 30 Km €53
4. Serviço ao Km dentro de Portugal €0,55, acrescido de taxa de saída de €30
5. Serviço para Portos e Aeroportos €55
6. Hora de espera e seguintes €40
7. Serviços para território não nacional ao Km €0,90 (portagens, estadas e alimentação da responsabilidade do cliente)
8. Oxigénio ou hora por unidade €12 (o oxigénio medicinal não tem presentemente qualquer desconto)

Real Associação de Lisboa . Sede | Praça Luís de Camões, 46 - 2º. Dto. 1200-243 Lisboa
Telf | (+ 351) 213 428 115 . Telf | (+ 351) 213 429 702 Fax | (+ 351) 213 428 116 Email | info @ reallisboa.pt
Horário de abertura ao público Segunda a quinta-feira, das 15H às 18H

MISSA EM MEMÓRIA DE EI- REI DOM CARLOS E DOM LUÍS FILIPE

No dia 1 de Fevereiro, a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação encheu-se para a Missa de Sufrágio pelas almas de S.M.F. El Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luís Filipe. Celebrou o nosso associado, Revª Padre Gonçalo Portocarrero de Almada e participaram nesta Eucaristia Suas Altezas Reais os Senhores Dom Duarte e Dona Isabel, Duques de Bragança, além de representações das Ordens dinásticas de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Santa Isabel e das Ordens de Malta e do Santo Sepulcro, chefiadas pelos Presidente da Assembleia de Cavaleiros Portugueses, Conde de Albuquerque e Lugar-Tenente, Dr. Gonçalo Figueiredo de Barros, respectivamente.

Na homilia, o Revº Padre Gonçalo Portocarrero de Almada destacou que "Importa recordar que esta comemoração, mais do que um acto de afirmação monárquica ou de fervor patriótico, assume-se essencialmente como acção litúrgica, ou seja, como um acto de adoração, de súplica, de acção de graças e de desagravo a Deus Uno e Trino. Por isso, se a comum nacionalidade e a idêntica filiação monárquica une todos os fiéis hoje aqui reunidos, necessário é que, por maioria de razão, todos comunguem a mesma fé, sem a qual não faria sentido esta evocação religiosa. Uma tal atitude cristã deve-se traduzir não apenas pela fervorosa oração por El-Rei D. Carlos e pelo Príncipe Real, mas também pelos seus assassinos, uma vez que é timbre dos discípulos de Cristo, em contraposição aos seguidores de outras religiões, o mandamento novo da caridade que obriga ao amor dos inimigos e, porque a Igreja é, pela sua própria natureza, católica, ou seja, universal, esta nossa prece não se limita apenas àqueles protagonistas da tragédia que antecedeu e propiciou, há mais de um século, a implantação da república portuguesa, antes abarca todos os heróis da nossa Pátria e da nossa fé, e também todas as vítimas inocentes da intolerância e do fanatismo, bem como todos os criminosos e homicidas, na esperança de que a misericórdia divina os perdoe e acolha, com a mesma espantosa magnanimidade que experimentou, no momento da sua morte, o bom ladrão"

POSSE DA DIRECÇÃO DO NÚCLEO CONCELHIO DA COSTA DO ESTORIL

O Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa deu posse, no dia 29 de Outubro de 2010, à Direcção do Núcleo Concelhio da Costa do Estoril, recentemente criado. Nas modernas instalações da Cruz Vermelha Portuguesa, na Parede, inauguradas na véspera, juntaram-se cerca de oitenta associados para assistir à breve cerimónia em que, em nome da Real Associação, deram início às suas actividades no Núcleo que abrange os concelhos de Cascais e Oeiras. A direcção é composta por José Paulo Beltrão Serra Pinto, como Presidente, Tomás Castelo Branco, João Pedro Barroso, João Magno, como Secretário, Fernando Guimarães Martins, como Tesoureiro e Miguel Serrão e Duarte Pizarro, como vogais. Seguiu-se um jantar de confraternização com a presença de noventa pessoas.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA DO NÚCLEO CONCELHIO DA COSTA DO ESTORIL

Por iniciativa do Núcleo Concelhio da Costa do Estoril, em parceria com a Academia de Artes e Letras, vai realizar-se uma exposição de pintura da artista plástica Gabriela Marques da Costa, que aborda temas de homenagem ao Santo Condestável e a D. João IV e à Independência de Portugal. A mostra estará patente na Academia de Artes e Letras, na Av. Castelhana, 13, no Monte Estoril, de 13 de Maio a 4 de Junho. A inauguração terá lugar no dia 13 de Maio, pelas 19h30. Convidam-se todos os associados a estar presentes.

Apelo!

Regularização de quotas:

Sabia que
toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte,
ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos, 213 428 115

Correio electrónico: secretariado@reallisboa.pt
Sitio na internet: www.reallisboa.pt

JANTAR DOS CONJURADOS

Foram cerca de novecentos os “conjurados” que no dia 30 de Novembro se juntaram à Família Real para celebrar “ o dia da redenção/em que valentes guerreiros/ nos deram livre a Nação”, nos versos do Hino da Restauração que, depois dos acordes do Hino da Carta, soou na grande sala do Convento do Beato. Entre as centenas de convidados, cento e noventa jovens que se aprestam a tomar nas suas mãos, num futuro cada vez mais próximo, a bandeira com as armas de Portugal encimadas pela Coroa. Antes, na imponente Sala da Biblioteca, a transbordar de pessoas que transvasavam para as escadarias, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, leu a tradicional Mensagem. Assistiram à leitura Sua Altezas Reais a Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança e o Príncipe da Beira, Senhor Dom Afonso e Suas Altezas os InfantesDom Henrique, Dona Francisca e Dom Dinis e muitas personalidades monárquicas, com destaque para o Presidente >>>

e outros dirigentes da Causa Real e os Arqº Gonçalo Ribeiro Teles e Prof. Mendo Castro Henriques e o Presidente do Directório do PPM, Dr. Paulo Estevão.Estiveram também presentes o deputado do CDS Dr. José Ribeiro e Castro e o Presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota, Dr. Alexandre Patrício Gouveia. Nesta ocasião, o Senhor Dom Duarte entregou a Medalha de Mérito de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa a um grupo de patrocinadores deste encontro anual de “conjurados”: Dr. Nuno Pinto de Magalhães, Dr. António Cunha Coutinho, Dr. Sérgio Rau Silva, Dr. Miguel Esperança Pina e Dr. José Paulo Barahona. O Senhor Dom Duarte entregou a mesma Medalha de Mérito aos Prof. Doutor Rui Ramos, pelo seu contributo para o conhecimento da História do período final da Monarquia ao cineasta Manoel de Oliveira, pelos serviços relevantes prestados à cultura portuguesa, que foi recebida pelo seu filho, que o representava.

Aspecto geral da Sala da Mensagem

Leitura da Mensagem e Familia Real

Entrada da Familia Real Portuguesa
ao Toque do Hino da Restauraçao

Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança com
Administrador da Cerealis e Convento do beato

Chegada da Familia Real ao Convento do Beato

entrega da Medalha de Mérito
de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao Prof Dr. Rui Ramos

Dr. Baraohna Recebe de SAR....

Senhora D. Aline Gallasch Hall, Deputada Municipal de Lisboa pelo PPM

Senhora D. Maria da Assunção
e Dr. José Troni (condes da Barca)

Dr. José da Cunha Coutinho, recebe a Medalha de Mérito
de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa

Dr. Miguel Esperança Pina cumprimenta Senhor Dom Duarte,
Duque de Bragança

Dr. Joao Mattos e Silva, Dr. Paulo Teixeira Pinto
e o Conde de Portugal de Faria

Dr. José Ribeiro e Castro

Dr. Sergio Rau Silva, Recebe de S.A.R.
a Medalha de Mérito de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Arq. Gonçalo Ribeiro Telles

Dr. Alexandre Patrício Gouveia

Douglas Lima, presidente do Nucleo de Sintra´
da Real Associaçao de Lisboa

Dra. Maria da Conceiçao Calado,
Presidente da Real Ass. do Médio Tejo

Dr. Adalberto Neiva de Oliveira com a sua Mulher

Dr. Nuno Pinto de Magalhaes com D. Branca Pinto de Magalhaes

Eng. Serra Pinto e Paulo de Jesus
do Nucleo da Costa do Estoril da Real Associaçao de Lisboa

Infante Dom Dinis com Amigos

Fotoreportagem
JANTAR DOS CONJURADOS

Fotografias gentilmente cedidas por
Carlos calado, fotógrafo
www.fotografocarloscalado.com
Telf: 21 441 21 22

Entrevista

Duarte Galvão e João Távora

José Adelino Maltez nasceu em Coimbra, em 1951. É doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, pela Universidade Técnica de Lisboa (1990). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1969-1974), foi assistente da Faculdade de Direito de Lisboa (1976-1985) e continuou a sua carreira docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde é professor catedrático do 1º grupo (decano do grupo de ciências jurídico-políticas). Nascido para a política activa com a Comissão Eleitoral Monárquica concorrente às eleições legislativas de 1969, opositora do Estado Novo, é hoje um conhecido comentarista político nos principais órgãos de comunicação portugueses. Autor de uma extensa bibliografia sobre temas que vão da História à Filosofia passando pela Ciência Política, Direito e Poesia, José Adelino Maltez mantém regular actividade na blogosfera desde 2003 no seu blogue "Sobre o Tempo que Passa" e mais recentemente no colectivo "Albergue Espanhol".

Como é que se tornou monárquico?

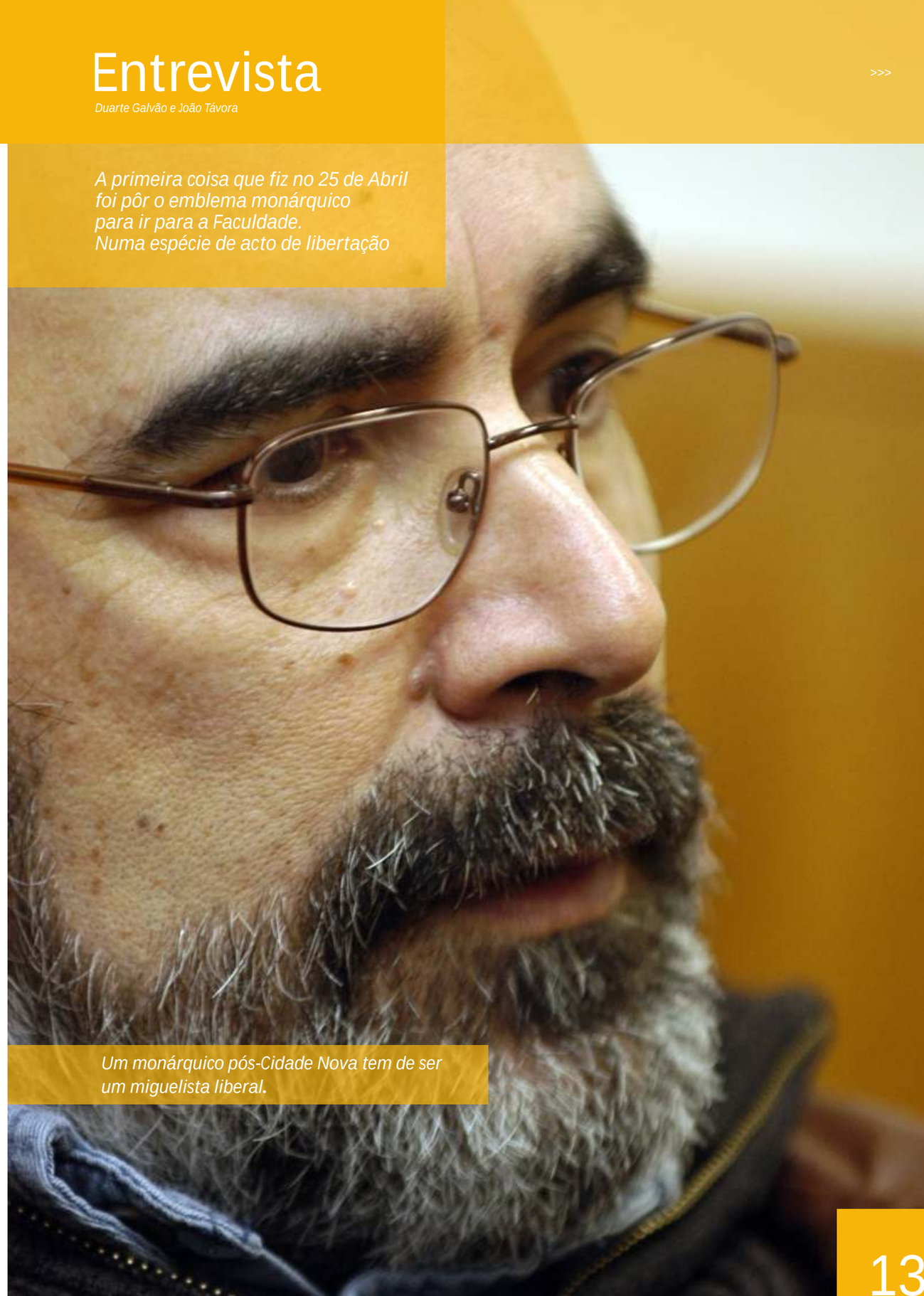
JAM - A primeira adesão é uma adesão intelectual, no plano das ideias, não por razões familiares. A biblioteca do liceu deliciou-me, levei para casa meia dúzia de livros, de autores que aliás, diga-se de passagem, hoje nem perfilho muito, mas gostei do sentido polémico de escritores como Luís de Almeida Braga, António Sardinha. A seguir veio o entusiasmo. O entusiasmo, que é o baptismo de fogo da adesão. Primeiro foram as guerras de liceu. Na altura, no D. João III de Coimbra, havia os salazaristas, os esquerdistas e depois meia dúzia de malucos na turma, como eu, que criaram o grupo dos monárquicos. Mas nessa altura os monárquicos já não eram os velhos das gerações acima da minha, frequentadores da Causa Monárquica. A minha geração já era marcada por Henrique Barrilaro Ruas, que aliás tinha relações familiares com o Professor Herculano de Carvalho, que era pai de dois dos meus colegas de geração, já tragicamente falecidos. O meu baptismo de fogo foi a criação da Comissão Eleitoral Monárquica (C.E.M.), que até hoje foi a melhor lista que, até hoje, vi de candidatos a deputados. E foi importante por duas razões: não tanto pelo Rei, mas sobretudo por aquilo que é mais importante e que é a perspectiva sobre Portugal. Estávamos, na altura, num país em guerra. E lembro-me perfeitamente do comunicado emitido pela lista da C.E.M., que tanto atacava à tese do ter, a tese do império, 'eu tenho as colónias'; como denunciava a tese do estar, que era a tese do regime na altura, 'Portugal está no império'. Porque defendia a tese do ser, e essa lista incluía candidatos angolanos e timorenses. Lembro-me bem de Fernando Sylvan... Estávamos em 1969 e essa lista, a Comissão Eleitoral Monárquica, foi o último reduto de um conceito, de uma visão sobre o país, de união da comunidade portuguesa. Para mim, a lista mais correcta, mais bonita e a essa visão me mantenho fiel. Era um sonho, uma utopia.

Era uma lista de oposição ao salazarismo, diferente da lista da CDE e da lista socialista da CEUD. Depois, gente dessa lista participou no congresso de Aveiro, o que obrigou a mudarem o nome do congresso, que antes se chamava Congresso Republicano, para Congresso da Oposição Democrática (1973). Isto passa-se já numa fase diferente da Direita Coimbrã posterior aos anos 50 e 60, que se renovava um certo nacionalismo místico. Era este o romantismo da ideia de Portugal. Depois, comecei a escrever uns artigos políticos para o jornal O Debate. O primeiro artigo que escrevi resulta de uma carta que enviei ao velho Jacinto Ferreira, que a publicou, e fiquei chocado na altura porque 70% do artigo foi censurado. Assinava como José Adelino de Campos, o meu nome de guerra na altura. Portanto, um tipo que tem estas origens não é agora que vai mudar. A primeira coisa que fiz no 25 de Abril foi pôr o emblema monárquico para ir para a Faculdade. Numa espécie de acto de libertação.

Não se encontra a Ideia de Monarquia intimamente ligada à de Nação, de Comunidade?

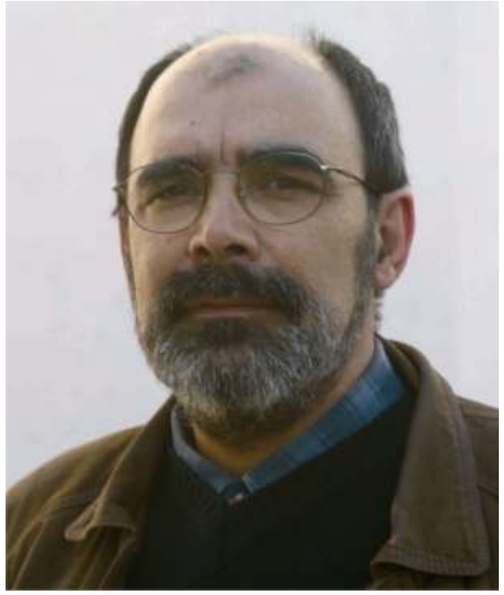
JAM - A ideia política, prática, de Nação foi inventada por Rousseau, fundador do romantismo, é uma ideia do século XIXAinda que o Rosseau seja do XVIII. E até tramou as monarquias absolutistas plurinacionais. Mas a nossa, como era uma Monarquia Medieval, estava de acordo com isso. Não nos esqueçamos que o grande princípio que está na base de 1385, e foi expresso na respectiva Constituição Política, era o princípio do Rei natural da Dinastia de Avis, contra o pacto feudal da vassalagem de honra que era a favor de Dona Beatriz

A primeira coisa que fiz no 25 de Abril foi pôr o emblema monárquico para ir para a Faculdade. Numa espécie de acto de libertação



Um monárquico pós-Cidade Nova tem de ser um miguelista liberal.

Entrevista a *José Adelino Maltez*



e do seu marido, o Rei de Castela, conforme o Pacto de Salvaterra. A Revolução de 1385 foi um prenúncio da ideia de Nação. E também a Dinastia de Bragança foi fundada em rebeldia, em nome da Nação. Por um lado, contra a Monarquia Feudal e, por outro, contra a Monarquia Universal, representada pelos Áustrias, Habsburgos ou Filipes. A nossa tradição é uma tradição de Rei natural e de princípio nacional, porque o nosso reino (a ideia era bonita) era um República (no sentido da expressão do povo em cortes). Todos os grandes princípios das leis fundamentais da monarquia se baseiam nessa ideia de coexistência de um Príncipe com a comunidade de sua terra, isto é, o povo em cortes. Esta ideia pode não agradar a alguns monárquicos obcecados com o absolutismo que não é tradicionalista, ao contrário do que se possa pensar. Até o maior doutrinador monárquico do século XX em Portugal, sem dúvida António Sardinha, se não tivesse morrido em 1925 e estivesse vivo após o 28 de Maio, teria tomado as posições anti-ditatoriais de José Hipólito Raposo e Luís de Almeida Braga (que foi quem mais recuperou os clássicos portugueses). Não teria seguido as teses salazaristas de João Ameal. Sobretudo Luís de Almeida Braga, que escreveu o "Paixão e Graça da Terra", um livro romântico, territorialista. O conceito espiritual e ecológico de Terra, que Barrilaro teorizou e que depois o Gonçalo Ribeiro Telles seguiu, foi totalmente fiel à nossa tradição portuguesa. Não vale a pena entrar em polémicas sobre o Sardinha. Todo o resto do movimento integralista dos anos 50 se reuniu em torno da revista Cidade Nova. Todos fizeram uma releitura da herança integralista, segundo as teses do personalismo cristão ou do humanismo renascentista. É como o Duque de Bragança actual ser descendente ao mesmo tempo de D. Pedro e de D. Miguel. Mesmo doutrinariamente, só os monárquicos que não querem ver é que não reparam nessa síntese, nessa conciliação entre a tradição e o conceito de democracia que foi estabelecida pelo movimento neo-monárquico da Cidade Nova onde o Barrilaro tem um papel fundamental. Um monárquico pós-Cidade Nova tem de ser, pelo menos, um *miguelista liberal*. O constitucionalismo profundo é esse e não me venham cá com a história das cortes de Coimbra de 1828 serem legítimas porque foram absolutamente condicionadas por um país já em guerra civil e portanto não se podem comparar à legitimidade libertacionista das cortes de 1385 ou com as cortes de 1641. Porque só pode haver expressão da vontade em situação de não coacção, não é em guerra civil ou com intervenção estrangeira, como aconteceu em 1828. Há algumas facetas do miguelismo que são interessantes na sua autenticidade, e que não se manifestaram em 1828. Há autores miguelistas malditos, que ninguém cita, como o poeta João de Lemos, que não faz parte da leitura contra-revolucionária e direitista (no sentido fascista do termo) que foi levada a cabo por João Ameal e por Fernando Campos, e que ainda marcam a cabeça de alguns monárquicos, que são muito respeitáveis, mas que, com toda a franqueza, não olham ao todo da tradição profunda portuguesa.

Como é que vê actualmente o movimento monárquico? Ainda sente muito essa dicotomia miguelistas/liberais, direita/esquerda?

JAM - Na verdade, a síntese já foi feita. Essa dicotomia é um falso problema. Mesmo eu, que não sou propriamente um Duartista, porque gostava mais de ser Manuelista (de D. Manuel II, que infelizmente não teve filhos), não me envolvo em disputas, aceito perfeitamente o Duque de Bragança,

Entrevista

Os partidos são isso mesmo, "as partes", o Rei representa o Todo.

que é o representante da linha de sucessão que está instituída e já foi reconhecida pelo exemplo de vida. O Senhor Dom Duarte é um homem com um excelente coração e com sabedoria, qualidades que dariam um bom Rei, porque o que se quer de um Rei não é que seja um grande génio, é que desempenhe bem a sua função, à semelhança do que acontece por essa Europa fora. Por exemplo, Jorge VI era um homem sem carisma, um homem comum mas que exerceu bem a sua função. Esse é que é o argumento que melhor defende a monarquia.

Mas para o público em geral, o monárquico ainda é aquele que é de direita, católico, conservador...

JAM - Isso da "imagem do monárquico" não me interessa - hoje vivemos num regime de *imagem, sondagem e sacanagem*. Olhe, eu sou monárquico e não sou católico! Tal como um judeu pode ser monárquico. Há até o caso de um grande integralista, o Alberto Monsaraz, que era pagão. A inquisição (que é uma coisa importada da monarquia universal espanhola) condenou muitos monárquicos. Portanto, não é preciso ser católico para se ser monárquico. Até acho que o grande erro da monarquia portuguesa e dos Braganças foi não terem criado a Igreja Lusitana. Isto é uma provocação.
Os partidos são isso mesmo, "as partes", o Rei representa o Todo.

Ainda há dias ouvimos o "discurso da dissolução" de Cavaco Silva... Acha que o sistema semi-presidencialista que temos funciona?

JAM - Aqui há quinze dias, três semanas, escrevi no Diário de Notícias uma crónica com o título "Que falta que nos faz um "Discurso do Rei". Há, com efeito, uma grande diferença entre este discurso do politicamente correcto e aquilo que era um apelo a sinergias colectivas que se vê nesse magnífico filme que é o Discurso do Rei. Um excelente elemento de propaganda monárquica, esse retrato do pai de Isabel II. O discurso do Presidente da República até foi bom, é um bom sucedâneo de um discurso de Rei, mas falta qualquer coisa, de ânimo colectivo, de conversa humana, que um regime monárquico pode proporcionar. Os melhores chefes de Estado não são forçosamente pessoas capazes de fazer uma boa campanha eleitoral. Houve excelentes Reis que nunca ganhariam eleições, ou porque eram gagos, ou porque tinham outras fraquezas. A aproximação às pessoas é que faz a diferença, as instituições têm de se humanizar. Os grandes teóricos políticos como Aristóteles, S. Tomás de Aquino ou John Locke, dizem que os melhores regimes são os regimes mistos, misturam a monarquia, a aristocracia, a oligarquia e a democraciaPena não terem pedido para ele aprofundar esta ideia. .

A crispação que se assiste hoje entre partidos seria refreada com uma monarquia constitucional?

JAM - Qualquer monarquia tem de ser democrática, tem de conviver com os Partidos Políticos. O rei representa o Todo, mas não podem prescindir dos partidos, que são isso mesmo, "as partes".

A certa altura surgiu o Partido Popular Monárquico. Acha que faz hoje sentido um PPM?

JAM - O Partido Popular Monárquico foi uma forma de uma certa facção de monárquicos, não de todos, entrarem no jogo democrático. Foi uma forma de dizer "este regime também é nosso". Mas o Partido Popular Monárquico não era só um partido monárquico, era sobretudo um partido ecologista, que antecedeu os Verdes. Era um partido da Terra, ou como dizia o Rodrigo Morais Soares, no século XIX, o partido dos agrocratas. A razão por que o partido desaparece é porque, para atacarem Gonçalo Ribeiro Telles, o acusavam de ser demasiado ecológico e de não ser suficientemente monárquico, como se ao Gonçalo pudessem dar lições de fidelidade.

Mas como é que vê a fórmula das Tendência Monárquicas dentro dos partidos, como militância e resistência monárquica?

JAM - Pode haver monárquicos em todos os partidos. Sempre foi tradição haver monárquicos em todos os partidos. Os socialistas podem ser monárquicos. Há monárquicos de esquerda e monárquicos de direita. Até porque a esquerda e direita variam conforme os tempos. Se usar um conceito parlamentar de medição, há dois grandes partidos na Europa: o Partido Popular Europeu (direita) e os socialistas. Mas entre eles há um partido liberal, que é com que eu mais me identifico. Não sou socialista, mas também não sou democrata cristão, sou liberal, não sou conservador, sou tradicionalista. Um liberal está no centro, eu sou um radical do centro. O centro é excêntrico, que é uma expressão de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque na luta contra o Costa Cabral na Patuleia. O Costa Cabral, que era de extrema-esquerda, depois passou a ser apenas um tirano. E contra o Costa Cabral também se resolveu o problema porque os miguelistas e os setembristas históricos fizeram a Patuleia contra o déspota. Portanto, a cisão esquerda - direita só interessa aos partidos de extremos.

>>>

Podemos, sendo uma república, voltar a ser uma monarquia?

JAM - Outro mito é que as repúblicas não podem voltar a ser monarquias. Há várias monarquias que já foram repúblicas. Uma delas, a monarquia britânica, teve uma experiência republicana com o Cromwell, e voltaram à monarquia porque eram contra o totalitarismo. Há monarquias democráticas consolidadas que resultaram de uma opção dos povos depois de experiências republicanas, por exemplo Espanha. As melhores monarquias são aquelas que resultam de opções do povo depois de experiências republicanas. Aqui está um bom destaque.

A maior vantagem da Monarquia é o seu conceito unificador de Portugal

Nós pertencemos à Real Associação de Lisboa, estrutura regional da Causa Real, que tem como missão a luta pelo do ideal monárquico. Que estratégia nos aconselharia para o futuro?

JAM - Têm feito um bom trabalho, continuem. É sempre uma questão de persistência, de resistência. Talvez vos aconselhasse a livrarem-se dos aristocretinos, em termos de imagem. Não estou a falar dos aristocratas, da nobreza, não é isso, estou a falar da imagem aristocretina que faz uma certa propaganda neo-monárquica. Incluam o nobre povo!

Portugal tem de ser refundado?

Claro. Sou favor duma espécie de Commonwealth de língua portuguesa, devíamos reconhecer o crioulo como língua nacional. No outro dia gozaram com o Senhor Dom Duarte porque disse que ia pedir a dupla nacionalidade, portuguesa e timorense, mas eu achei muito bem. Algumas ex-colónias poderiam ter optado por manter uma ligação simbólica a Portugal. O nosso espaço é um espaço de multi-plataformas e a lusofonia é uma dimensão essencial para um conceito alargado de Portugal.

Qual é na sua opinião a maior qualidade Vantagem? Não será "qualidade"?dos monárquicos portugueses? E o pior defeito?

JAM - A maior vantagem é terem um conceito unificador de Portugal. O pior defeito já o disse, são as guerras civis ideológicas, entre miguelistas e liberais. E, claro, as caricaturas: os aristocretinos e a beatice.

Da sua experiência não acha que tem havido uma evolução?

JAM - Sim, o Senhor Dom Duarte de Bragança tem conquistado o coração dos portugueses. Já não há o espírito anti-monárquico que havia numa determinada fase da vida política portuguesa. A humanização da imagem do Dom Duarte, com a família, tem ajudado. Está melhor do que há 20 anos. Mas é um processo lento. Porque não se pode fazer uma restauração da monarquia sem antes se restaurar a República. É preciso restaurar a República para depois elegermos um Rei. O que está em causa é a Respública, é a comunidade portuguesa.
A pior coisa que podia ter acontecido à monarquia era ter sido o Salazar a nomear o pai do Senhor Dom Duarte para seu sucessor.

Livros que aconselharia os monárquicos a ler...

JAM - *A Mensagem* de Fernando Pessoa; *Paixão e Graça da Terra* de Luís Almeida Braga (é um livro fundamental sobre a Terra); *Justa Aclamação*, de Francisco Velasco Gouveia. É o livro base da ruptura de 1640, onde só por azar não fizemos a primeira revolução democrática da história da Europa. Portugal só não é palco da primeira revolução democrática da Europa (iria instaurar a primeira monarquia democrática) devido à pressão barroca internacional, porque naquela altura era tudo absolutista. Depois de 1640, ficámos 28 anos em guerra a defendermo-nos da maior potência militar na altura, na raia alentejana, e conseguimos obter a paz em 1668, o que foi notável, através de um exército de conscrição nacional. Francisco Velasco Gouveia propõe a revogação da concessão das Cortes de Tomar, na pessoa de Filipe II de Espanha (que foi Filipe I de Portugal), através de uma análise jurídica de justa causa. Em 1640 nós revogámos o mandato que o povo tinha atribuído a Filipe II de Espanha. E atenção que as cortes de Tomar mantêm a independência de Portugal. Grandes nomes de Portugal, o Frei Bartolomeu dos Mártires, por exemplo, optaram por Filipe II em vez do Dom António. Há um episódio muito engraçado contado pelo avô de Dom Luís da Cunha, um avô que era o capitão do Porto de Setúbal. Quando o Dom António, já perante a derrota, chegou ao local para escapar, o avô de Dom Luís da Cunha disse-lhe para ele não se meter com os franceses e aconselha-o a fugir para o Brasil. A melhor coisa de 1640 é o Brasil. O Brasil não existiria sem 1640. Tal como a figura de João VI é pouco reconhecida historicamente, mas havia nele a intenção de manter o reino unido, Portugal-Brasil. Não conseguimos fazer isso por interferências da Europa. O melhor livro sobre esta matéria é de António Viana, os três volumes de *Apontamentos para a História Diplomática*. Está lá bem demonstrado que o Palmela, o Silvestre Pinheiro Ferreira, o D. João VI, propõem uma carta constitucional à francesa, ideia que é recusada pelo Ministro de Luís XVIII, que defendia que Portugal devia ser absolutista como os espanhóis. Propuseram também uma constituição à britânica e foi também recusada em nome do absolutismo de Espanha. Já nessa altura nós não tínhamos autonomia, tínhamos de ser iguais aos espanhóis. Mesmo naquele período de 1808 a 1830 há autores que não foram estudados porque há muitos preconceitos anti-Braganças.

Quer mesmo ficar sentado?

Nuno Pombo

Chegaram e já se instalaram os que de fora vêm impor a receita que nos garantiam não ser necessária. Como é sabido e tem sido repetido até à exaustão, iremos viver tempos de grande dificuldade. Claro que quem nos pôs nesta miserenta situação, uma trupe de sucessivos irresponsáveis habituados a gerir à tripa forra recursos que não são seus, ao sabor dos ciclos eleitorais e das conjunturas, muito provavelmente, não sentirá remorsos nem um pingo de vergonha. Que não têm vergonha já se sabe. Que não nos respeitam também não se duvida. Mas não reside nisto o nosso problema. O grave é não nos darmos nós ao respeito. Se estivermos minimamente atentos ao que se vai publicando lá fora sobre Portugal e sobre a sua triste situação, percebemos não ser muito abonatória a ideia que têm de nós e da capacidade de nos regermos. E, na verdade, percebe-se. Chauvinismos à parte, não é muito difícil de compreender o desconforto de quem, não tendo qualquer responsabilidade no nosso despautério, nem sequer uma vaga *culpa in elegendo*, vai pagar as pantominices desta caduca república O cenário em que hoje nos vemos é fruto de uma laboriosa prodigalidade de aventureiros e mentirosos que não se limitam a pôr em causa os nossos já magros cabedais. Com manifesta e recalcitrante ineptidão, ferem de morte a nossa credibilidade externa, a nossa compostura internacional e a honra com que nos apresentávamos no teatro das nações. O medo que devotamos às chamadas ditaduras nacionais não é suficiente para que rechacemos aquelas que nos vêm do exterior. Claro que agora é tarde. Não pode corrigir-se o tiro que foi já desferido, mas deve a experiência do erro anterior ajudar a preparar o próximo disparo. Não será tarde porém para nos convencermos de que todas as crises em que constantemente tropeçamos, umas mais económicas, outras mais financeiras, mas todas, sempre, políticas, são afinal emanação de valores pífios, transitórios e, as mais das vezes, contraditórios. Não será tarde, como digo. Mas não temos mais tempo. Se não tomarmos colectivamente uma atitude, se continuarmos ronceiramente a adiar a restauração dos nossos valores tradicionais, acontecerá connosco o que sucede com o nosso serviço de saúde. Ou vêm médicos estrangeiros salvar-nos ou morremos sentados numa cadeira de pau à espera de uma consulta.

O poder das palavras de um Rei em frente de uma crise

No momento em que escrevo este breve artigo, Portugal atravessa uma crise sem precedentes desde que aderimos à então Comunidade Económica Europeia. No cerne do que estamos a viver encontra-se uma verdadeira mudança de onde releva a sempiterna discussão sobre o papel do Estado, em que o importante é resgatar a liberdade dos portugueses e de Portugal da discricionariedade com que os políticos da nossa praça nos têm brindado, frequentemente a coberto de uma retórica demagógica onde Estado Social, neo-liberalismo e interesse nacional são expressões vociferadas sem que ninguém saiba muito bem o seu conteúdo e sentido, semeando uma confusão generalizada. Certo é que, como Friedrich Hayek previu, o chamado "cold socialism" do Estado Social degenerou num modelo insustentável de compadrios e corrupção – económica e moral – que crescentemente vai coarctando a nossa liberdade de acção enquanto indivíduos mas também como nação, ao vermo-nos reféns de políticos e de políticas que nos trouxeram no caminho de uma dívida externa que prejudicará indelevelmente as próximas gerações. A esmagadora maioria da população está dependente do Estado, directa ou indirectamente, e este, por sua vez, está dependente do estrangeiro. A dependência financeira acentuou a falta de liberdade e sem liberdade económica, não há liberdade política. Ou seja, agora que chegámos à situação de pedir ajuda externa – que em minha opinião já deveria ter sido solicitada há mais tempo – fica patente a perda de autonomia a que estamos sujeitos. Contudo, ao longo da nossa longa História, várias crises tivemos de enfrentar. Esta não é a mais grave das que atravessámos e não será, com toda a certeza, a última. Na verdade, desde a fundação do Reino de Portugal, se há algo verdadeiramente constante são as permanentes crises económicas, sociais e políticas em frente das quais nos soubemos reinventar. A esmagadora maioria destas ultrapassadas sob a liderança de um Rei e de Estadistas de uma craveira que parece residir apenas no passado. E neste momento em que muitos apelam a vazios "consensos nacionais" ou vêem uma esperança na figura de um Presidente da República eleito por um quarto dos eleitores, torna-se evidente a necessidade de usufruirmos do desprendimento em relação a interesses partidários de que um monarca goza, bem como a sua superioridade moral capaz de revitalizar uma nação em frente de qualquer crise.

Vem isto a propósito, também, do recente filme "O Discurso do Rei", em torno da figura de Jorge VI, que conseguiu ultrapassar o problema de gaguez e unir um Império contra a ameaça Nazi, tornando-se, em conjunto com Winston Churchill, um símbolo de resistência durante a Segunda Guerra Mundial. Na verdade, Jorge VI e a Rainha Elizabeth prestaram um inestimável serviço ao visitarem as trincheiras por diversas vezes, e com discursos que providenciaram uma muito necessária revitalização moral das tropas e do povo. Em Portugal, nunca foram governos de união ou salvação nacional ou Presidentes da República que uniram a nação portuguesa – aliás, a separação política entre partidos e ideologias é um sinal de vitalidade de qualquer democracia, onde a oposição tem também um papel importante na fiscalização do Governo. Foram sempre os monarcas que souberam enfrentar crises como oportunidades, e que souberam colocar ao serviço de todos a sua liberdade. E mesmo que se argumente que numa monarquia constitucional, como é o caso britânico, o Rei tem poucos poderes, parece-me evidente que poucas coisas são mais poderosas na revitalização do espírito de uma nação do que a elevação moral, o sentido de serviço e as palavras de um Rei. Talvez mais do que nunca durante a III República, encontramo-nos hoje em frente de evidências que nos mostram como a verdadeira tradição portuguesa da monarquia seria a garantia de uma saudável democracia, como contrapeso à demagogia que fere o debate público em Portugal. Não se trata aqui de um sebastianismo bacoco, em que muitos políticos portugueses parecem rever-se, mas sim da restauração da defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses. As palavras de um símbolo de unidade nacional como o Rei seriam de um inestimável valor para podermos enfrentar os tempos que se avizinham.

Samuel de Paiva Pires

Velhas lutas, novas armas

Se é certo que a perda de influência dos meios tradicionais de informação, em paralelo com o advento das novas tecnologias, da web 2.0 e toda a sorte de redes de comunicação não mediada, nos aponta para um aparente caos, ou no mínimo para caminhos desconhecidos, certo é que a oligarquia instalada vem perdendo poder de manipular, de doutrinar: os jovens, por exemplo, pouco vêem telejornais, não ouvem telefonia e muito menos lêem os jornais de referência. Fazem pesquisa de conteúdos na Internet e servem-se de *downloads,* de rubricas escritas ou audiovisuais, lúdicos ou informativos, com proveniência diversa, de produtores oficiais ou independentes, a seu belo prazer, e numa lógica que escapa à grande distribuição, comercial ou institucional. Por exemplo, se fosse há vinte anos, teria sido impossível a grande parte desse público escapar a uma estrondosa e unanimista campanha de propaganda relativa ao centenário da república, promovida pelo monopólio da televisão e rádios "oficiais". Para mais, uma progressiva desagregação dos Meios tradicionais, desmultiplicados em múltiplos canais para nichos ou "segmentos de mercado", hoje desguarnece o "Grande Irmão" que assim vai perdendo capacidade de amestrar o "seu povo".

Assim, a Web 2.0 ou "Social Media", como hoje se usa designar, com as suas tão democráticas quanto eficazes ferramentas de comunicação, tende a relevar o tradicional e dispendioso "mediador" para segundo plano, porquanto o seu sucesso emerge essencialmente da familiaridade e força de uma ideia, muita inspiração (que não se aprende na escola) e no manuseamento dessas ferramentas tecnológicas.

Este é o princípio que traz para a ribalta mediática muitos dos pequenos e médios projectos tradicionalmente sem recursos materiais para estas andanças; e se a militância pelas nossas convicções não é uma questão binária, de tudo ou nada, dependente de resultados absolutos, mas é motivada pela afirmação, em todo um território intermédio, porta a porta, alma a alma, dos valores da pátria portuguesa e da sua centenária Instituição Real, urge pois estabelecer novas estratégias de aproximação às pessoas, fornecendo-lhes doutrina e informação credível, reforçando-se sentido de pertença através de conteúdos modernos e atractivos.

É neste panorama que, por estes dias, os monárquicos e algumas minorias quase banidas da agenda oficial, são chamados a tomar o seu lugar, a assumir a sua voz, de forma organizada e profissional, investindo, formando-se, e municiando as novas ferramentas comunicacionais da Internet. Estas, devidamente adequadas a uma boa estratégia e públicos-alvo bem definidos oferecem uma surpreendente relação entre o custo e os resultados e potenciam de forma inesperada a sua capacidade de influência...

Porque cada mente arrancada à ignorância, ou alma desperta para a dúvida, é um pequeno mas essencial passo no caminho para um mundo menos decadente e inóspito. É isso que me move.

João Távora